

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Casa da Cultura de Melgaço
Sessão Ordinária nº 19
de 24 - 04 - 2025

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
Bárbara Lima a)	1º Secretário	P
António José Gomes Nabeiro	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P	David Manuel Barbeitos	P
Diogo Pereira b)	P	Joaquim Silva	P
Vítor Jorge Castro Rodrigues	P	Agostinho Alves	P
Maria José Rodrigues Dias	P	Amado Dias	P
António Manuel Domingues	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	Manuel Fernandes Esteves e)	F
Manuel Cândido Afonso c)	P	Alfredo Domingues	F
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	Amadeu Esteves	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Ricardo Jorge Alves	P
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	P	Manuel Fernando Teixeira Pereira	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P		
Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa	P		
Manuel António Almeida	P		
Francisco José da Cunha e S. R. Lima	P		
Maria das Dores Vaz Fernandes d)	P		

P-Presença F-Falta

- a) Substituí Catarina Aurora Rodrigues Mira
- b) Substituí Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues
- c) Substituí Vítor Sílvio Cardadeiro
- d) Substituí Ariana A. Rodrigues Fernandes
- e) Substituí José da Ascensão Afonso

Babaukina 

Quando eram dezoito horas e cinco minutos, do dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e cinco, deu-se início à sessão. Após a verificação dos Deputados e Presidentes de Junta presentes, a senhora Presidente da Assembleia colocou a apreciação a proposta de ata da última reunião, de 15 de fevereiro de 2025. Interveio o deputado Manuel Rodrigues que, após cumprimentar todos os presentes, solicitou uma correção à ata, pois na segunda folha, linha sete a contar do fundo, devia estar "BEI" - Banco Europeu de Investimento, em vez de PEI.

De seguida, a Presidente da Assembleia colocou à votação a ata, a qual foi **aprovada por maioria**, com 4 abstenções por não terem estado presentes na reunião.

Assunto n.º1	Período de "Antes da Ordem do Dia"
---------------------	---

Aberto este período de "antes da ordem do dia", pela Presidente da Mesa da Assembleia, procedeu-se à inscrição dos deputados, tendo solicitado o uso da palavra: Manuel Rodrigues, Pedro Silva, Aurora Soares, Maximiano Gonçalves, Manuel Almeida, José Albano Domingues e Diogo Castro.

Começou por fazer uso da palavra o deputado Manuel Rodrigues, sendo que o assunto que o levou à Assembleia foi a questão do subsídio extra de 279 mil euros concedido à Melsport pelo Município, aprovado na última reunião do executivo, para equilíbrio de contas e que lhe continua a levantar várias preocupações, sérias e justas. Primeiro, destacou que a Melsport já recebeu aproximadamente setecentos mil euros em subsídios e contratos-programa ao longo de 2024, o que demonstra um apoio financeiro extremamente elevado por parte do Município. Nesse contexto, a concessão de um subsídio adicional de 279 mil euros para "equilíbrio de contas" parece-lhe, no mínimo, questionável, especialmente considerando a saúde financeira da própria entidade. Como dizia um vereador, a Melsport vive a "síndrome de pai rico", isto é, pode-se gastar à vontade, pois alguém acabará por pagar, basta pedir. Ao analisar as contas da Melsport, ficou evidente que a situação financeira é bastante delicada. Com receitas de aproximadamente 810 mil euros e despesas com pessoal que ultrapassam os 700 mil euros, a entidade opera com uma margem de manobra bastante estreita. Essa relação sugere que a maior parte das receitas (cerca de 85%) está a ser consumida pelos custos com pessoal, o que indica uma gestão pouco

Bárbara Lima

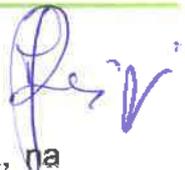


eficiente e uma estrutura de custos excessivamente pesada para o volume de receitas geradas.

Afirmou que a concessão de um subsídio extra, nesse cenário, é mais uma tentativa de tapar buracos do que uma solução sustentável. Em vez de promover uma gestão mais eficiente e uma reestruturação financeira, a decisão de injetar mais recursos públicos já criou uma dependência perigosa, dificultando a implementação de medidas de racionalização de custos necessárias para a saúde financeira da entidade. Acrescentou que essa prática levanta questões de transparência e responsabilidade. Questionou como é que era possível justificar a necessidade de um subsídio adicional quando a entidade já recebe uma quantia significativa de recursos públicos, mais de 650.000€ e apresenta uma estrutura de custos que é desproporcional às receitas. Essa situação pode indicar uma má gestão, falta de estratégia ou uma falta de controle adequado sobre os recursos públicos destinados à Melsport. Por fim, disse que é fundamental que haja uma análise aprofundada sobre o uso desses fundos e uma avaliação de alternativas mais sustentáveis para garantir o equilíbrio financeiro da Melsport e a exigência de novas estratégias para potenciar as receitas de modo a não pôr em causa a preservação dos postos de trabalho. A dependência contínua de subsídios públicos pode comprometer a transparência, a eficiência e a responsabilidade na gestão dos recursos municipais. Relembrou que, neste momento, a Melsport consome aproximadamente um milhão de euros anuais dos recursos Municipais.

Finalizou dizendo que a concessão do subsídio extra de 279 mil euros, diante de uma situação financeira já bastante comprometida da Melsport, é uma medida paliativa que não resolve as questões estruturais. É importante que haja uma gestão mais rigorosa e uma revisão das estratégias de gestão para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, transparente e sustentável. Questionou ainda a Mesa se o Senhor Presidente tinha feito chegar o plano de negócios da Melsport que tinha sido por ele solicitado. A Presidente da mesa referiu que não chegou nenhum documento nesse sentido.

Seguidamente foi dada palavra ao deputado Pedro Silva que fez um pronunciamento crítico em relação ao estado atual do Parque das Termas, com base numa experiência recente. Ele relatou que é frequentador habitual do espaço e

Barbara Lima 

mencionou especificamente uma situação ocorrida na última sexta-feira Santa, na piscina, na presença significativa de turistas espanhóis. Segundo o deputado, os equipamentos da piscina estão avariados há cerca de quatro anos e a água estava fria – o que contraria a natureza de uma piscina termal, que deveria ser aquecida – e isso causou constrangimento tanto para ele como para o seu filho, gerando um sentimento de vergonha alheia face à má imagem que o espaço transmitiu aos visitantes. O deputado Pedro Silva referiu que os espanhóis se sentiram enganados. Diante deste cenário, o deputado questionou se existe algum plano de obras para a requalificação do parque termal, principalmente considerando que está previsto um novo hotel na zona. Salientou a incongruência entre esse investimento hoteleiro e o abandono visível do parque termal. Por fim, o deputado questionou se, nestes quase cinco anos, o município não teve a capacidade de tomar conta do Parque Termal.

Posteriormente, a deputada Aurora Soares referiu que, na informação remetida pelo Senhor Presidente da Câmara, consta a participação do Município de Melgaço na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL). Citou, nesse âmbito, as palavras do Senhor Presidente, segundo as quais “a comitiva municipal explorou novas oportunidades de negócio, estabeleceu parcerias estratégicas e reforçou a notoriedade de Melgaço junto de operadores nacionais e internacionais”. Congratulou-se com essas boas notícias, considerando que a Bolsa de Turismo de Lisboa constitui a maior feira de turismo a nível nacional, sendo que é amplamente reconhecida como a maior na área do turismo em Portugal. Sublinhou que, desde que a participação do Município seja devidamente aproveitada e orientada, poderá abrir portas para bons negócios para o concelho, o que todos nós desejamos. Nesse sentido, e no seguimento da informação prestada, a deputada Aurora Soares solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que informe esta Assembleia sobre os seguintes pontos:

- Qual foi o trabalho efetivamente desenvolvido pela comitiva municipal;
- Quais as parcerias estratégicas conseguidas;
- Qual o retorno que trouxe ou irá trazer para Melgaço essa participação do Município na Bolsa de Turismo de Lisboa.

Deu-se, de seguida, a intervenção do deputado Maximiano Gonçalves, que destacou três pontos de relevo.

Bárcara Lima



O primeiro ponto é a beneficiação do arruamento urbano que liga a Câmara Municipal às piscinas municipais. Um dos aspetos mais importantes que se privilegiou foi a melhoria das características dos passeios e dos atravessamentos de ruas, permitindo agora aos peões efetuar o seu percurso sem ter de sair de locais apropriados, e também teve em consideração as necessidades dos utentes mais vulneráveis, que apresentam condicionalismos de mobilidade. Também em relação ao trânsito automóvel, foram criados novos lugares de estacionamento, incluindo novos lugares para mobilidade condicionada, com a especial preocupação de os localizar na proximidade de pontos notáveis da área acessível, como por exemplo, edifícios e espaços públicos. Também o estacionamento das Piscinas foi redesenhado, de forma a poder albergar quinze lugares, dos quais dois são para mobilidade condicionada. Sem dúvida que é uma requalificação amplamente justificada e que envolveu um investimento de cerca de 77 mil euros.

O segundo ponto diz respeito ao espaço urbano do Rio do Porto, que é um espaço dedicado ao bem-estar da população, privilegiando espaços de lazer e de prática desportiva. A sua execução remonta ao ano de 2008. O parque tem vindo a ser intervencionado em forma de manutenção e de melhoramento dos espaços existentes, sendo exemplo disso: a reparação do acabamento das pontes de acesso pedonal, a substituição do acabamento dos bancos do parque, a renovação do parque infantil e a beneficiação/reparação do espelho de água.

Quanto ao Skate Park, os equipamentos inicialmente instalados tiveram de ser removidos por já não apresentarem condições de segurança para os praticantes. Obtida participação, através de uma candidatura ao NORTE 2030, foi possível proceder-se à tão desejada renovação do referido parque, através da retificação do pavimento em betão existente, sendo instalados novos equipamentos: três tipos de rampa, um manual pad, um rail de chão e um curb de chão. Além da instalação dos referidos elementos, foi efetuado um reforço da iluminação da zona de implementação do parque de Skate, de forma a facilitar a prática desportiva no período noturno, altamente apreciado pelos praticantes. Mencionou também a substituição do gradeamento de guardas de madeira por guardas em ferro, para reforço da segurança dos utilizadores. A fatia no investimento do Skate Park foi de cerca de 87 mil euros, num investimento

Bárbara Lima 

total de 105 mil euros. Aproveitou o momento para questionar o Presidente da Câmara sobre a situação do espelho de água de Castro Laboreiro. Em terceiro lugar, em nome da bancada do Partido Socialista, quis saudar, mais uma vez, a data libertadora do 25 de abril- marco maior da conquista da liberdade e da instauração da Democracia em Portugal. Prestou homenagem a todos os que, em tempo de ditadura fascista, resistiram, agiram e lutaram- muitas vezes pagando com a própria vida- para que a liberdade rompesse naquela histórica manhã de abril. Saudou também todas e todos os que continuam a fazer valer os direitos conquistados, mantendo viva a luta para que as conquistas de abril, como a Escola Pública, o Serviço Nacional de Saúde ou a Segurança Social pública e universal continuem a ser uma realidade. Conquistas estas que, apesar de ameaçadas, continuam a ser pilares fundamentais na nossa sociedade e, por isso, defendeu que devem ser protegidas. Afirmou que devemos, por isso, celebrar abril, ou seja, celebrar ativamente a democracia. Celebrar o 25 de abril é celebrar também os valores que devolveram a democracia, a liberdade, a igualdade e a esperança a Portugal. É celebrar a paz, a solidariedade e a tolerância. Num tempo em que aqueles que já exibiram cravos negros neste dia, tentam pôr em causa valores fundamentais do Estado de Direito Democrático, importa, mais do que nunca, afirmar o legado de abril, dar-lhe visibilidade e renovar o compromisso com a Liberdade e a Justiça Social. O Povo Português já provou que não esquece o que custou conquistar abril. É essa memória que todos os democratas querem que continue viva.

Finalizada a intervenção do senhor deputado Maximiano Gonçalves, teve lugar a intervenção do senhor deputado Manuel Almeida que fez uma saudação muito especial à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço que, no passado dia 21 de Março, festejou o seu nonagésimo oitavo aniversário. Disse ser uma instituição que orgulha Melgaço e os Melgacenses e que, com a sua história e dedicação, lhes confere segurança e esperança num futuro ainda melhor. É quase um século de história, serviço e entrega incondicional à comunidade. Os Bombeiros Voluntários de Melgaço são um símbolo de bravura, altruísmo e resiliência, sempre prontos a agir nos momentos mais difíceis.

A corporação conta atualmente com cerca de seis dezenas de elementos ativos. Confirmação da importância e vitalidade desta Associação Humanitária dos

Bárcas Vieira 

Bombeiros Voluntários de Melgaço tem sido o apoio incondicional dado pela autarquia de Melgaço.

Para terminar, em nome de todos os Melgacenses, agradeceu a todos os que fizeram e fazem parte desta missão, desde bombeiros a membros dos Órgãos Sociais. Juntos, honram o passado e constroem o futuro.

Posteriormente, no uso da palavra, o deputado José Albano Esteves Domingues principiou por apresentar cumprimentos à senhora Presidente e demais membros da Mesa, ao Presidente da Câmara e Vereadores, aos seus colegas Deputados, técnicos e público presentes.

Seguidamente, e reportando-se à intervenção anteriormente feita pelo deputado Almeida, afirmou que obviamente todos os deputados da bancada do Partido Social Democrata se associam ao exaltar do trabalho desenvolvido pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, um trabalho extremamente meritório e que deve estar, e que está seguramente, acima de quaisquer questiúnculas ou divergências político-partidárias. Acrescentou que se está a falar de uma Instituição que continuará, seguramente, a ser apoiada e acarinhada por todos, pelo louvável labor que desenvolve no concelho.

O senhor deputado deu nota, seguidamente, de que pretendia trazer à discussão dois assuntos no período de “Antes da Ordem do Dia”. Começou por fazer uma alusão à 20ª Edição da Feira de Nanterre, organizada pela Associação Recreativa e Cultural de Originários de Portugal (Arcop de Nanterre), um evento que conta já com duas décadas de realização e que se apresenta como um dos acontecimentos mais relevante da comunidade portuguesa em França, reunindo vários municípios portugueses, desde o Minho ao Alentejo, sendo que nesta edição foram vinte e dois os municípios que se fizeram representar. Afirmou que a Feira de Nanterre tem como objetivo ser a montra da divulgação, junto da Diáspora, da comunidade portuguesa e da francófona, do que de melhor há ou se faz em cada território, designadamente no campo da gastronomia, enchidos, queijos, doçaria, vinhos, cutelaria e artesanato, realçando que entre os produtos tradicionais que dão nome a Melgaço se contam o alvarinho, as águas de Melgaço, o presunto, os enchidos, o mel, e as roscas. Disse que os deputados da sua bancada entendem por bem que Melgaço se faça representar neste certame, mas que tinha dois ou três apontamentos a fazer com relação à participação e que espelhavam o que lhe foi transmitido a esse propósito. O

Barbara Lima 

primeiro desses apontamentos tem a ver com a representatividade dos nossos produtores de alvarinho, entendendo o senhor deputado que se se leva para o certame uma palete de vinho importaria que não fosse todo da “Quintas de Melgaço, S.A.”, deixando a representação dos demais produtores com uma simples garrafa ou caixa de vinho. Afirmou que se se quiser ser realmente representativo temos de o ser também na abrangência e no volume e que se, nomeadamente por uma questão de logística, se puder levar somente uma palete de vinho então que nela se integrem todas as marcas do concelho, sendo que Melgaço acolhe vinte e oito produtores e trinta e sete marcas. O segundo apontamento que disse querer fazer tem a ver com o facto de, segundo informado por um dos membros da associação organizadora do evento, as águas de Melgaço terem esgotado logo no primeiro dia, importando que, porque muito apreciadas, se reforce este produto numa futura edição. O terceiro e último apontamento tem a ver com o facto de a comitiva que representou o concelho ter regressado a Portugal logo a seguir ao almoço, sem ter aguardado pelo final da tarde e, à semelhança do que se verificou com outros municípios, alguns dos quais geograficamente bem próximos de nós, não se ter aproveitado a oportunidade de convívio com os nossos emigrantes, nomeadamente dirigindo-lhes umas palavras de despedida no final da tarde de domingo. O segundo assunto que levou ao pedido de uso da palavra pelo deputado José Albano está relacionado com as Áreas de Acolhimento Empresarial de Nova Geração, tendo, neste particular, afirmado que o senhor presidente da Câmara tem recorrentemente referenciado Melgaço como um dos dez Municípios cujas candidaturas foram seleccionadas e contemplados no âmbito do aviso dirigido às Áreas de Acolhimento Empresarial de Nova Geração, financiado com um valor total de 110 milhões de euros pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Deu nota de que o objetivo com estas apostas passa por modernizar zonas industriais e áreas empresariais já existentes nos seus territórios, particularmente em áreas do interior com comprovada falha de mercado, preparando-as para as transições verde e digital e garantindo uma melhoria da competitividade das empresas aí instaladas, podendo os fundos apoiar investimentos na autoprodução e armazenamento de energia renovável, criação de ilhas de qualidade energética A+, soluções de carregamento de viaturas elétricas e abastecimento a hidrogénio, e ainda a cobertura de Banda Larga Rápida (5G). Aludiu, seguidamente, a que se encontram presentemente em execução de investimento as

Baibara
Lima

infraestruturas tendentes à produção de energia fotovoltaica, lembrando que o senhor presidente também tem aludido ao hidrogénio a produzir como uma fonte de energia extremamente apetecível e diferenciadora, que constituiria uma mais valia para qualquer empresário ou consumidor. Introduziu um parêntesis para, dizendo não querendo ser alarmista, realçar que, conforme se poderá comprovar por consulta às fontes de informação, no caso do hidrogénio estamos a falar de um tipo de energia que é das mais caras que o mercado conhece na atualidade e com relação à qual, também em função disso, têm sido abandonados projetos que previam investimentos na ordem das dezenas e mesmo centenas de milhões de euros, incluindo alguns transnacionais, abarcando países como Portugal, Espanha e França. Realçou que para se ser competitivo, e constituir uma possível saída para descarbonizar setores como, por exemplo, a siderurgia, este produto precisaria ter um terço do custo atual, sendo que, a atestar o que diz, lembrou que no Plano de Recuperação e Resiliência foram alocados 185 milhões de euros, a ser distribuídos pelo Fundo Ambiental, para investimentos em hidrogénio e gases renováveis, mas que uma parte significativa desta verba, perto de 20 milhões de euros, não iria ser aplicada no fim que lhe era destinado. Voltando ao caso de Melgaço afirmou pressupor-se que a energia fotovoltaica a produzir, bem como o posto de produção e abastecimento de hidrogénio verde, se destinarão, em primeira linha, ao autoconsumo das empresas instaladas na Zona Industrial, acrescentando que esta sua exposição vinha a propósito de ter sido informado, por empresários que estão instalados na Zona Industrial de Penso, que nunca ninguém os havia consultado ou auscultado a respeito do seu eventual interesse em serem abastecidos com as energias a ser produzidas no âmbito dos investimentos em curso. O senhor deputado José Albano Domingues terminou esta sua intervenção perguntando ao senhor presidente da Câmara se isto é verdade, e se se estará a fazer um investimento da ordem dos milhões de euros fazendo-o de costas voltadas ou desligadamente daqueles que são os principais interessados em utilizar as energias por via dele produzidas.

Avançou-se para a intervenção do senhor deputado Diogo Castro. Depois de cumprimentar todos os presentes, pediu desculpa pelo seu atraso e deixou uma palavra de agradecimento e reconhecimento ao Município pela aposta que tem feito

Bárcia Lima



todos os anos na atividade que promove a lampreia, aqui, em Melgaço. Essa atividade foi feita em Alvaredo, em colaboração com a Associação dos Pescadores do Rio Minho. Tem sido um grande trabalho, tanto na defesa do património como na sua promoção, e foi referido que é um prazer receber essas atividades na freguesia. Foi a segunda ou terceira edição e cada ano recebem mais pessoas, sendo que 90% das pessoas são de fora de Melgaço. São pessoas que gostam de Melgaço, que conhecem o nosso património e que têm gosto em vir cá e estar uma manhã a percorrer as pesqueiras ou a percorrer os trilhos da freguesia, em colaboração com o Município que se disponibiliza para fazer esse tipo de atividades. Disse também que já encontraram pessoas que vêm a Melgaço para participar na atividade e que, depois, se dirigem às adegas antes de descerem, para comprar vinho, o que contribui para dinamizar a economia local. O deputado Diogo Castro pediu ao senhor Presidente da Câmara para este fazer um ponto de situação relativamente à Zona Empresarial de Nova Geração e à Zona Empresarial de Alvaredo.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que respondesse às questões colocadas. O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e começou por cumprimentar a mesa, na pessoa da Presidente, Fátima Pereira, todos os deputados, os presentes, bem como os colegas vereadores que estão na mesa e a equipa da Câmara Municipal.

De seguida, deu resposta ao deputado Manuel Rodrigues. Referiu que este tema é recorrente, pelo que as respostas à questão são também elas recorrentes. Tal como não se inventam as questões, também ele não vai inventar nas respostas. Considerou ser um privilégio, do ponto de vista do Município, ter um equipamento como este instalado nos espaços municipais. Sublinhou que este equipamento serve a população de Melgaço, as populações raianas que frequentam os equipamentos do concelho, assim como uma população que é importantíssima para o desenvolvimento do nosso território: os cerca de 500 alunos da Escola Superior de Desporto e Lazer, que no próximo ano contará com um novo curso, com condições para que o número de alunos possa crescer para um valor entre 600 e 700, sem pretender exagerar nos números.

Barbara Lima

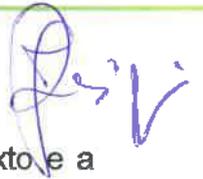


Referiu que é com este equipamento que se serve toda esta população. Esclareceu que procuram manter apenas os recursos humanos estritamente necessários para assegurar o bom funcionamento da instituição e que, nos últimos anos, têm atuado nesse sentido, evitando aumentar o quadro de pessoal da Melsport para além do indispensável ao seu adequado funcionamento.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que têm procurado novas soluções do ponto de vista energético, com o objetivo de reduzir a fatura, mas que, mesmo assim, a Melsport não consegue autofinanciar-se. Informou que a instituição dispõe de dois instrumentos de financiamento: o contrato-programa e o contrato de arrendamento, os quais respondem a necessidades distintas da Melsport. No final de cada ano, existe a necessidade de fazer um ajustamento na receita da Melsport para que esta não opere com prejuízo, procedimento que foi efetuado no ano anterior e que se repetirá neste ano.

O Presidente referiu que têm procurado aumentar a receita e conseguido fazê-lo, mas que os custos energéticos também aumentaram, apesar dos esforços realizados para que a componente energética tenha um peso cada vez menor. Os custos com pessoal aumentaram não pelo número de colaboradores, mas devido às necessárias correções salariais, garantindo equidade e justiça aos trabalhadores. Sublinhou que, na perspetiva da Câmara Municipal, o funcionamento destes equipamentos é fundamental para o município, pelo que é imprescindível que o município lhes assegure uma resposta financeira adequada para a sua manutenção. Reforçou que não existe má gestão nem descuido por parte da equipa responsável. Pelo contrário, afirmou que, caso se visite os equipamentos da Melsport, verifica-se uma procura elevada, por vezes difícil de acolher totalmente, com momentos em que a capacidade de resposta é insuficiente.

O Senhor Presidente convidou a observarem a ocupação dos ginásios ao final da tarde e a do pavilhão gimnodesportivo ao longo da semana, evidenciando a atual incapacidade da Melsport em responder a todas as solicitações. Referiu ainda que numerosas associações desportivas utilizam estes equipamentos e, muitas vezes, não existe capacidade instalada suficiente para as acolher. Destacou a necessidade de recorrer a outros equipamentos municipais, como os equipamentos escolares, incluindo o pavilhão escolar e outros equipamentos adjacentes, que pertencem ao município. Muitas vezes é necessário encontrar soluções em parceria com as escolas

Básicas
Uma

para suprir a procura relacionada com o centro de estágios. Este é o contexto e a resposta que tem sido dada. Relativamente ao plano de negócios, o Senhor Presidente da Câmara referiu que teve oportunidade de verificar a ata e que não se comprometeu a apresentar um plano de negócios, recomendando que esta questão seja novamente verificada.

Em resposta ao deputado Pedro Silva, o Senhor Presidente da Câmara informou que irá verificar junto da empresa responsável pela gestão das Termas as questões apontadas pelo deputado. Referiu não dispor, no momento, de informação concreta que confirme ou contrarie a situação descrita. Acrescentou que acredita existir, por parte da gestão, algum cuidado relativamente ao controlo das temperaturas. Tal como já foi referido anteriormente em relação às piscinas cobertas, reconheceu que a temperatura da água também pode, por vezes, estar ligeiramente abaixo do ideal. Sublinhou que a intenção do Município é que as Termas sejam Parque Termal e ofereçam um serviço de qualidade, de modo a permitir, no futuro, a devida articulação com o Hotel do Peso, quando este entrar em funcionamento. Relativamente ao Hotel, esclareceu que ainda não existe uma data definida para a sua abertura. No entanto, mencionou ter tido a oportunidade de conversar com a pessoa que assumirá a direção da unidade hoteleira, tendo constatado, a partir dessa troca, a existência de uma articulação já estabelecida com outros agentes do território. Indicou que o Hotel será um ator que procurará criar rede com os vários outros atores.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Aurora Soares, o Senhor Presidente da Câmara começou por referir que reconhece o entusiasmo demonstrado, tanto pela bancada como pelos vereadores do PSD, relativamente ao regresso do Município à BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa – no presente ano. Relembrou que já havia referido, em reunião de Câmara, que esse regresso ocorreu de forma indireta. Explicou que o convite partiu do AECT Rio Minho – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial do Rio Minho –, uma entidade que desenvolve trabalho de articulação transfronteiriça entre os territórios de Caminha a Melgaço, e de La Guardia até à Cañiza. O AECT participou este ano na BTL enquanto entidade representativa e convidou diversos atores do território a marcarem presença. O Município de Melgaço, juntamente com a Confraria do Alvarinho, esteve presente nesse momento de

Beibau Lima



apresentação, integrando assim a iniciativa de forma indireta. O Senhor Presidente esclareceu que, desde 2011, o Município optou por não participar diretamente na BTL, por considerar que essa participação não representa uma mais-valia em termos de promoção do território. Com o dinheiro que viessem a gastar na BTL, teriam condições para fazer ações que seriam muito mais rentáveis do ponto de vista de promoção do território do que na BTL e não são só eles a dizê-lo. Sublinhou que os recursos financeiros que seriam despendidos numa presença direta podem ser mais eficazmente aplicados noutras ações promocionais com maior retorno. Acrescentou ainda que esta perceção não é exclusiva do Município de Melgaço, tendo também outros municípios do Alto Minho, nos últimos dois a três anos, experimentado essa abordagem e, posteriormente, desistido da participação por não ter interesse. Concluiu afirmando que, ao participar de forma indireta, como foi o caso de Melgaço este ano, aproveita-se para procurar posicionar o município e foi isso que se fez com esta presença na BTL.

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara respondeu ao deputado Maximiano Gonçalves, que havia feito referência a intervenções recentes realizadas numa zona do território, concretamente na zona da Vila, as quais considerou terem sido bem-sucedidas. Destacou, entre essas intervenções, o arranjo na zona circundante à Piscina Municipal, projeto esse concebido e financiado ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com o objetivo de melhorar a mobilidade. Significa que temos melhor mobilidade diária, melhor mobilidade para os peões porque conseguimos fazer zonas de passeio que não existiam. Os peões coabitavam com a rodovia e agora não, já têm um espaço próprio. Foram ainda criadas novas zonas de estacionamento que anteriormente não existiam. O Senhor Presidente referiu acreditar que todos beneficiaram com esta intervenção junto à Piscina Municipal, a qual se estendeu até ao edifício dos Bombeiros, incluindo também a área envolvente deste edifício, e avançando até à praça, onde foram realizados ajustamentos pontuais com vista à melhoria da mobilidade, sobretudo para pessoas com mobilidade reduzida, aspeto que, segundo frisou, está bem patente na intervenção efetuada. Acrescentou que a intervenção teve um âmbito mais alargado, abrangendo também o Parque do Rio do Porto, onde foi efetuada a substituição da estação existente, que

Bárbara Lima 

era bonita, de grande dimensão, mas que começava a trazer problemas de segurança. Por esse motivo, procedeu-se ao abate da vegetação envolvente, tendo sido já iniciada a replantação de novas espécies para repor a cobertura vegetal. Foram igualmente realizadas outras intervenções complementares, incluindo melhorias no espelho de água, etc.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o Parque de Skate era uma reivindicação antiga. Recordou que esta foi uma proposta apresentada pelo Jovem Autarca e que o Município fez questão de a respeitar. Era mesmo uma necessidade e, assim que foi possível obter financiamento, avançou-se com a requalificação do espaço. Destacou que a requalificação está muito bem feita e que a empresa que foi incumbida disso por concurso fez um excelente trabalho. Temos um Skate Park de qualidade para os nossos jovens e para os menos jovens que quiserem experimentar e fazer alguma radicalidade.

Relativamente à questão colocada pelo deputado Maximiano Gonçalves sobre o espelho de água de Castro Laboreiro, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a história deste projeto é, em grande parte, já conhecida por todos. Informou que o projeto foi inicialmente desenhado em 2016, tendo obtido, nesse mesmo ano, parecer favorável por parte da APA – Agência Portuguesa do Ambiente. Contudo, nessa altura, não foi possível avançar com a sua execução. Apenas em 2023 foi possível retomar o processo, tendo-se iniciado a concretização do projeto com base no parecer favorável previamente emitido pela APA. Posteriormente, a APA não entendeu que o parecer favorável fosse suficiente para que pudessem fazer a intervenção. Seguiu-se, então, toda a questão mediática que todos nós conhecemos, com intervenções de alguns organismos e a todos fomos dando resposta. Em agosto de 2024, seguindo aquilo que considerávamos ser adequado do ponto de vista jurídico, fizemos a intervenção quase final do espelho de água, faltando, grosso modo, a captação de água que irá fornecer esse mesmo espelho de água. Contudo, em outubro ou novembro do mesmo ano, a Câmara Municipal recebeu da APA uma ordem expressa para repor integralmente o terreno, implicando a destruição da intervenção realizada. Perante esta ordem expressa da APA, o Município recorreu aos instrumentos legais ao seu dispor, interpondo uma providência cautelar contra a decisão da APA, acompanhada da correspondente ação principal. A ação principal encontra-se em julgamento, mas a providência cautelar teve como resultado a razão

30/05/2011
C. 1111



absoluta do tribunal em relação àquilo que foi o trabalho feito pelo município, considerando o tribunal, no despacho ou na sentença em relação à providência cautelar, que tudo o que ali está feito, está feito de acordo com a lei. O tribunal reconheceu que há um deferimento tácito que a APA achou que não tinha acontecido, mas o tribunal achou que tinha e reconheceu que houve um deferimento tácito para todo aquele trabalho que lá está feito. Portanto, temos aqui, connosco, esta decisão que nos é favorável. Com isto, optaram por não fazer comunicação social sobre isto, contrariamente àqueles que os tentaram atacar. Em vez disso, informou que foi aberta uma via de diálogo com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente –, tendo sido iniciado um novo processo negocial com o objetivo de encontrar, em conjunto com aquela entidade, uma decisão definitiva relativamente ao espelho de água. O Senhor Presidente esclareceu que, uma vez alcançada essa decisão definitiva com a APA, e estando garantido o parecer favorável necessário para a formalização de todo o investimento realizado, o Município procederá à retirada da ação principal que atualmente move contra aquela entidade. Esse trabalho está a ser feito, estão a ser seguidos os trâmites legais e manifestou a expectativa de que, no prazo de um mês a mês e meio, seja possível resolver definitivamente a situação. Acrescentou que serão feitas algumas correções, permitindo que o espelho de água entre em funcionamento pleno, ao serviço da população de Castro Laboreiro e de todos os que visitam Castro Laboreiro.

Deu nota de que a autarquia procurou articular a resolução final da situação relacionada com a intervenção no espelho de água com um conjunto de outros investimentos a realizar em Castro Laboreiro. Informou que o Município tem, neste momento, várias candidaturas submetidas ou para serem carregadas, porque têm oportunidade de fazer, neste momento, uma intervenção estruturante.

Destacou, em particular, o projeto de construção de um parque verde em Castro Laboreiro, que é uma forma ambientalmente sustentável e simpática de falar de um equipamento que permite resolver alguns problemas que em Castro persistem, e alguns se notam de forma mais aguda, sendo que um deles é o estacionamento, problema que se torna especialmente evidente face à elevada procura turística que a localidade regista. Assim, estão a desenhar um espaço para o centro da Vila, prevendo a criação de um espaço que não será apenas destinado a estacionamento, mas que

Barbara
Cena



funcionará também como parque de fruição pública. Este novo espaço permitirá a realização de um conjunto de eventos que ao longo do ano possam acontecer, como acontece muitas vezes com as produções das Comédias do Minho, como a projeção de cinema ao ar livre- nomeadamente no âmbito do Festival de Cinema- e a Festa Castreja, a qual, atualmente, não tem as condições adequadas para que se desenvolva. Acrescentou que o Município pretende articular a intervenção do Parque Verde com uma outra intervenção complementar, que passa pela realocização da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), atualmente situada junto ao rio Laboreiro, localização que considerou desajustada. Informou que está a ser desenvolvido um plano integrado que permitirá intervir de forma articulada, abrangendo o Parque Verde e toda a margem do rio Laboreiro até à atual localização da ETAR. A referida infraestrutura será transferida para um local mais apropriado, com melhores condições, que permitam também que ela cresça. Simultaneamente, será desenvolvido o desenho do Parque Verde, que se pretende ver integrado no território de Castro Laboreiro, freguesia que, segundo o Senhor Presidente, merece e necessita destas intervenções estruturantes.

O Senhor Presidente da Câmara felicitou o deputado Maximiano pela sua intervenção, considerando-a uma excelente reflexão sobre o 25 de Abril, que evocou e valorizou a memória de um momento crucial para a democracia em Portugal. Recordou que, no ano transato, se celebrou o 50.º aniversário do 25 de Abril, sublinhando o envolvimento de diversos atores nessas comemorações. Lamentou, contudo, que, um ano depois, essa data tenha sido, no seu entendimento, subalternizada em nome de circunstâncias que nada têm a ver com a sua relevância histórica e simbólica. A morte do Papa Francisco é qualquer coisa que a todos toca, seja cristão, não cristão, católico, não católico, pela força e personalidade gigante que ele foi para o mundo. Referiu que conhece minimamente a história do papado dos últimos anos, especialmente do último século, e afirmou não ter dúvidas nenhuma de que, se houve um homem que marcou a história da igreja nos últimos cem anos, foi este papa. Destacou outra figura o Papa João XXIII, que foi um dos homens que mais marcou a história da igreja. Acrescentou que a morte do Papa Francisco constitui, naturalmente, um momento triste para todos e de relevância para o mundo. Nesse sentido, afirmou que deixar de

Báscara
Lima



celebrar o que um homem tão importante defende é qualquer coisa que a ele lhe faz espécie. Informou, por isso, que o Município manterá as celebrações previstas, que são simbólicas, respeitando aquilo que foi decidido, que são os três dias de luto nacional. Também teremos a bandeira a meia-haste, mas não alteraremos aquilo que é a nossa agenda para a Festa do Alvarinho. Deixou um grande bem-haja ao deputado Maximiano Gonçalves por esta referência ao 25 de abril e também pela memória gratificante para um homem que partiu e que deixou uma marca profunda na nossa história.

Passando à resposta ao deputado Manuel Almeida, disse que os Bombeiros de Melgaço são uma instituição que está acima de qualquer aproveitamento político. Trata-se de uma organização com quase 100 anos de existência, que tem desenvolvido um trabalho extraordinário em prol da defesa das populações ao longo da sua história e que tem uma marca indelével na história dos nossos vizinhos da frente. Recordou um grande momento da história dos Bombeiros, ocorrido quando estes tiveram a oportunidade e a necessidade de responder a um brutal acidente ferroviário que aconteceu aqui em frente. Acrescentou que o apoio dado aos Bombeiros representa um investimento bem aplicado por parte do Município. Reconheceu, e enfatizou, que o esforço financeiro feito pelo Município de Melgaço, tanto em termos absolutos como proporcionais à sua dimensão e capacidade financeira, é consideravelmente significativo, mas merecido, justo e necessário para garantir o bom funcionamento e a eficácia daquela instituição.

O Senhor Presidente da Câmara passou a responder ao deputado José Albano Domingues, começando por elogiar a descrição feita pelo mesmo sobre o evento de Nanterre. Referiu não saber se o deputado recorreu ao site de Nanterre para realizar tal descrição. Informou que o Município está presente em Nanterre de forma ininterrupta, desde 2015, salvo erro, e que a presença em Nanterre é sobretudo pelo respeito aos nossos emigrantes. Saudou os presidentes de junta, destacando que, ao longo dos anos, têm sido capazes de reunir um número crescente destes representantes para participarem no evento, reconhecendo que este é um momento merecido de encontro. Enfatizou que os emigrantes valorizam esta presença com gratidão e conforto.

Barbara Lima

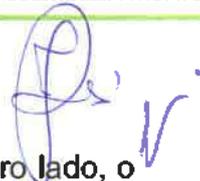


Esclareceu que a participação em Nanterre não tem como objetivo ser uma montra para o território ou uma oportunidade para abertura de mercados para os produtores locais. A feira destina-se essencialmente aos emigrantes e à comunidade, não se tratando de um evento comercial direcionado ao público francês, que raramente a frequenta.

Na 1ª. ou 2ª. edição em que estiveram, procuraram convidar os produtores e fizeram uma reunião com eles para verem quem é que estaria interessado em estar presente na feira. Na altura, levaram cinco ou seis produtores e cada um deles levou uma pequena quantidade de vinhos que puseram em exposição e também em prova e venda. Perceberam que era difícil manter este tipo de presença e até aumentá-la. Acharam que a presença tinha de ser muito mais simbólica, levando apenas uma marca de vinho, "Quintas de Melgaço", empresa na qual a Câmara Municipal detém atualmente 48,9% de participação. Convidou a assembleia a verificar que os outros 11 municípios presentes na feira também não conseguem levar uma representação completa e transversal dos seus produtos, seja de vinhos ou outros produtos dos seus territórios. Deu ainda nota de que na sexta-feira, à chegada a Nanterre, foram recebidos no município local, cujo nome não recorda, que promoveu um jantar com cerca de 300 emigrantes, nem todos de Melgaço. Considerou esta uma oportunidade extraordinária para conviver com a comunidade emigrante. No sábado, tiveram também a oportunidade de ser recebidos por um emigrante de Castro Laboreiro que, no ano anterior, os havia convidado para visitarem a sua superfície comercial e almoçarem juntos, o que se repetiu este ano. Explicou que a vinda foi feita com alguma antecedência este ano, por opção, sendo importante o regresso. Durante os dois dias estiveram em contacto com um número significativo de pessoas e com qualidade nas interações. Referiu que a saída ocorreu num momento considerado conveniente, dado que o encerramento do evento não tem propriamente uma grande representação da festa.

Relativamente à Área Empresarial de Nova Geração, informou que está a correr bem. Entre os dez projetos aprovados a nível nacional, destacou que o de Melgaço é aquele que apresenta maior celeridade na sua implementação. Referiu que Melgaço, até à data, é o único que está com a obra quase terminada e mais nenhum outro projeto no país está a avançar. Mencionou que apenas um outro

Baibang
Uma



projeto, o de Águeda, salvo erro, terá iniciado a execução da obra. Por outro lado, o projeto mais atrasado será o de Vila Real e esta semana estiveram em Melgaço, com a nossa equipa técnica, para receber ajuda e apoio para poder avançar e desenvolver o seu projeto. Isto é sinal que estamos a fazer bem, é sinal de que temos capacidade e eficácia em várias matérias e temos resultados que são claros. Avançou para a temática do hidrogénio, salientando que, como acontece com muitas inovações, existem opiniões divergentes quanto ao seu potencial. Há quem diga que o hidrogénio não vai dar resultado nenhum e há quem diga que sim e estão a desenvolver tecnologia porque consideram que o hidrogénio é o combustível e a energia do futuro, aplicável tanto ao transporte rodoviário como ao marítimo.

Partilhou que, há cerca de um ano, teve a oportunidade de visitar Copenhaga, onde contactou com especialistas na área energética que operam com cerca de vinte anos de avanço em relação ao que atualmente se faz em Portugal. Durante essa visita, constatou a existência de ilhas de produção de energia eólica *offshore* no Mar do Norte, na zona de Copenhaga, designadamente ilhas energéticas destinadas à produção de hidrogénio, o qual é injetado em navios de transporte de mercadorias, substituindo combustíveis altamente poluentes, como o gasóleo. Tiveram oportunidade de no financiamento ter esta componente de produção energética e acharam que deveriam arriscar. Sublinhou, contudo, que a componente do hidrogénio representa uma parte relativamente pequena do ponto de vista do financiamento total do projeto. Os investimentos mais significativos dizem respeito à produção fotovoltaica – mencionando a instalação de cerca de dez mil painéis fotovoltaicos – à capacidade de armazenamento da energia produzida e à infraestrutura digital, com destaque para a implementação do 5G. Referiu ainda que o hidrogénio poderá possibilitar o abastecimento de veículos da Zona Empresarial, tendo em conta que, em Portugal, já existem diversos veículos de transporte de passageiros a hidrogénio e começa também a verificar-se a introdução deste combustível em veículos pesados. Acrescentou que o hidrogénio produzido poderá ser injetado na rede de gás natural, permitindo a sua utilização como gás complementar distribuído na rede, a qual é aproveitável e continua a ser solicitado por muitos cidadãos que perguntam quando o gás natural chegará às suas ruas. Realçou que a população reconhece o gás natural como uma opção mais económica face ao

Bárbara
Lima

propano e ao butano, estando, por isso, desejosa da sua implementação. Disse que uma das coisas que veio trazer conforto a alguns dos nossos empresários da Zona Industrial de Penso foi precisamente o gás natural, que poderá ser também injetado e fornecer energia aos empresários. Contrariando a afirmação feita pelo Deputado José Albano Domingues, assegurou que, durante o período de candidatura, houve diálogo com os empresários, tendo sido recolhidas, inclusive, cartas de conforto de diversas empresas em apoio à candidatura – documentos esses que poderão ser apresentados como prova, dado que o processo ainda se encontra em fase de candidatura. Admitiu que possa haver empresários que, entretanto, se tenham esquecido da abordagem feita, mas defendeu que esta existiu e que haverá agora nova oportunidade de contacto com os mesmos. A breve trache, querem construir uma Comunidade de Energia Renovável que inclua as empresas e o Município, permitindo que todos possam beneficiar do consumo do hidrogénio produzido. Os empresários, conforme referido, estão conscientes das vantagens de terem acesso a energia mais barata para abastecimento das suas empresas, mostrando-se disponíveis para integrar esta solução, sendo novamente contactados para que todos os esclarecimentos possam ser prestados individualmente.

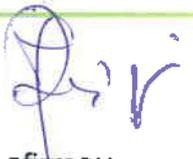
O senhor Presidente da Câmara respondeu ainda ao senhor deputado Diogo Castro, no seguimento da sua intervenção. Esclareceu que o Município tem procurado assegurar que esta cultura não seja esquecida, tendo desenvolvido, nos últimos anos, um trabalho contínuo com o objetivo de inscrever as artes da pesca da lampreia como património nacional de cultura relevante. Sobre a Zona Empresarial de Nova Geração não adiantou muito, mas relativamente à Zona Empresarial de Alvaredo, adiantou que o concurso público foi lançado no primeiro trimestre de 2025, tendo o mesmo encerrado no final do mês de março. Esclareceu que, para o lote de maior dimensão — composto por dois lotes, um com 21.000 m² e outro com cerca de 2.000 a 3.000 m², totalizando aproximadamente 25.000 m² — existe atualmente uma empresa concorrente. Estão, neste momento, a fazer a análise da candidatura, a ver as condições que há de investimento por parte da empresa concorrente para poderem depois dar seguimento ao processo. A Presidente de Mesa questionou se mais algum (a) membro desejava intervir, tendo em conta os esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara.

Baibau
Cima

Neste seguimento, tomou a palavra o deputado Manuel Rodrigues, que aditou que pela resposta que o senhor Presidente da Câmara deu, depreendeu que na Melsport está tudo bem e que não é preciso fazer mais nada. Quando houver dificuldade no fecho de contas, com que os resultados não apareçam, é só bater à porta do município e o município injeta o dinheiro em falta. Solicitou que o Senhor Presidente da Câmara o corrigisse, caso esta interpretação estivesse incorreta. Questionou se, efetivamente, tudo estaria bem na Melsport e se não seria necessário alterar a estratégia atualmente seguida. Face às respostas obtidas, afirmou que ficava com a impressão de que a única solução prevista seria a injeção de verbas por parte do Município. Embora tenha reconhecido que o Município deve, de facto, participar no esforço de sustentabilidade da infraestruturas, defendeu que não deve fazê-lo com um valor tão elevado como o de um milhão de euros. Argumentou que são necessárias estratégias diferentes, experimentar coisas diferentes e que aumentar receitas não é só com público daqui, pois isso é pouco. Finalizou referindo que, nos últimos quatro anos, já foram injetados aproximadamente três milhões de euros no Centro de Estágios.

No seguimento da resposta dada pelo senhor presidente da Câmara às intervenções dos deputados no período de “antes da ordem do dia”, pediu também a palavra o deputado José Albano Domingues. Afirmou, quanto à intervenção do deputado Manuel Rodrigues a respeito da empresa municipal “Melsport”, que o senhor presidente nunca se vinculara, de facto, como havia dito, a apresentar na Assembleia Municipal o Plano de Negócios da empresa, mas que afirmara numa das reuniões que esse Plano existia, e portanto, tendo por aquele senhor deputado sido pedido à Mesa da Assembleia que o executivo fornecesse cópia desse plano, certamente continuaria a aguardar que o senhor presidente lho fizesse chegar, para ser usado, por quem o solicitou, para os fins que tivesse por pertinentes. Ainda a respeito da Melsport o deputado José Albano realçou que não está em causa o serviço público que o Centro de Estágios pode proporcionar à população e às coletividades locais, mas que a verdade é que as verbas que nele são injetadas pela Câmara Municipal de Melgaço, verdadeira subsidiação, aumentaram para quase o dobro nos últimos anos, relembrando, a propósito, que as chefias da Melsport mudaram por indicação do executivo municipal mas que os resultados pioraram, desde então, significativamente.

Bábara
Lima



Aludindo, de seguida, à Bolsa de Turismo de Lisboa o senhor deputado afirmou também ter lido na “informação escrita do Presidente da Câmara” que a comitiva do Município havia explorado novas oportunidades de negócio, estabelecido parcerias estratégicas e reforçado a notoriedade de Melgaço junto dos operadores nacionais e internacionais, sendo que perguntado, pela senhora deputada Aurora Soares, acerca de quais essas novas oportunidades de negócios e parcerias estratégicas o senhor Presidente da Câmara pura e simplesmente nada respondeu. Já com relação ao espelho de água em Castro Laboreiro o deputado José Albano disse que também não gostaria que se perdessem os cerca de duzentos mil euros que na obra já foram investidos, mas que se deveria ponderar bem aonde é que o braço de ferro com a Agência Portuguesa do Ambiente nos poderia levar, sendo que, para si, pior do que errar é persistir no erro. Afirmou, seguidamente, que aquilo que o senhor Presidente havia afirmado, no sentido de que o Tribunal, no âmbito da providência cautelar instaurada, havia dado razão à Câmara, é próprio de alguém que não sabe do que está a falar, pois que uma providência ou procedimento cautelar, no caso certamente para suspensão da decisão da APA, não define os direitos das partes, o que apenas ocorre nos autos da ação declarativa da qual a providência é dependente, e que o nela decidido tem efeitos meramente transitórios. Finalmente, quanto às palavras do senhor Presidente da Câmara a respeito das comemorações do 25 de Abril, criticando o Governo por ter decidido não as realizar, o deputado José Albano expressou que para ele mais importante do que relembrar os valores do 25 de Abril é vivê-los no dia a dia, designadamente no relacionamento entre os cidadãos, e, em particular, no inter-relacionamento institucional e político-partidário. Relembrou que as comemorações não foram dadas sem efeito, antes adiadas, algumas das quais para o feriado do dia 1 de maio, e que tal aconteceu em função dos três dias de luto nacional decretados pela morte do Papa Francisco, o que, em particular para quem era católico, como se entendia ser o caso do senhor Presidente da Câmara, não deveria ser desvalorizado, sendo que a impactância da perda desta figura maior da Igreja se encontra bem patente na cobertura mediática, exaustiva, exagerada até, que lhe estava a ser dada pelos meios de comunicação social.

De seguida, usou da palavra o deputado Manuel Almeida, que se pronunciou sobre as questões levantadas relativamente à BTL. Informou que esteve presente no

Bábara
Lima

evento a convite do Município, tal como outras pessoas que também participaram. Referiu que, durante a sua presença na BTL, foram estabelecidos diversos contactos, nomeadamente no seu caso, enquanto representante de uma empresa da área dos desportos. Esclareceu que esses contactos foram realizados com outros convidados presentes no evento e que, neste momento, se encontram a verificar os primeiros resultados desses contactos, sobretudo no início da primavera e no decorrer do verão. Concluiu a sua intervenção defendendo que a participação na BTL não foi em vão, manifestando a sua convicção de que todos os participantes obterão resultados da presença no evento.

A Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que iniciou a sua intervenção esclarecendo os deputados Manuel Rodrigues e José Albano Domingues de que, em momento algum, afirmou que bastaria injetar dinheiro no Centro de Estágios para resolver as questões existentes.

Sobre a BTL não acrescentou mais informações. Relativamente a Castro Laboreiro, afirmou que não estão num braço de ferro com a APA. Pelo contrário, referiu que foi necessário mostrar algum músculo no processo, o que permitiu ao Município ganhar capacidade negocial. Reforçou que não se trata de um braço de ferro, mas sim de um processo negocial construtivo, que visa alcançar uma solução definitiva. Informou que, neste momento, existe a capacidade de encerrar o dossiê, garantindo que o espelho de água se manterá no local, com pequenas correções a efetuar, ficando assim disponível para usufruto da população. Quanto ao 25 de abril, também não adiantou muito mais. Sobre o falecimento do Papa, acrescentou que, conforme já havia referido, se trata de um momento triste para todos e de grande mediatismo, o qual continuará após o funeral, com a convocação do conclave e até à eleição do novo Papa. Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora Presidente da Mesa passou ao ponto dois da ordem de trabalhos.

Báscara
Lima

Assunto n.º2	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal
---------------------	---

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia acrescentar mais alguma informação sobre o assunto em apreço.

Neste seguimento, o Senhor Presidente da Câmara aditou uma informação que não constava da informação escrita previamente distribuída, relativa ao Centro de Saúde.

Informou que o Município elaborou o projeto para a requalificação do Centro de Saúde e candidatou a intervenção ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tendo obtido aprovação do respetivo financiamento. Esclareceu que o primeiro concurso público lançado ficou deserto, assim como o segundo. No entanto, no terceiro procedimento foi finalmente recebida uma proposta válida. Neste momento, encontra-se em fase de conclusão o relatório que permitirá proceder à consignação da obra, com o objetivo de garantir a sua execução dentro dos prazos estipulados pelo PRR. De seguida, passou a esclarecer com maior detalhe os quadros finais da informação escrita, relativos às candidaturas e aos financiamentos em curso. Deu nota do ponto de situação atual do Município no que diz respeito a fundos aprovados e em tramitação.

Informou que, até ao momento, o total de financiamentos aprovados e em execução ascende a 20,1 milhões de euros, distribuídos por vinte operações distintas. Adicionalmente, encontram-se submetidas, mas ainda não aprovadas, 18 candidaturas no âmbito do programa Norte 2030, num montante global de 7,6 milhões de euros. Sublinhou que, embora ainda não aprovadas formalmente, é expectável que essas operações venham a ser aprovadas, dado o elevado grau de necessidade de execução do programa e a prática habitual, em que raríssimas exceções resultam em reprovação.

Acrescentou ainda que se encontram por submeter outras candidaturas, nomeadamente a referente ao parque verde, o que representa mais 5.2 milhões de euros de operações para o território.

Bárcana
Câmara

Não havendo pedidos de intervenção, a Senhora Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Assunto n.º3	Análise e deliberação do Contrato-Programa do ano de 2025 com as “Comédias do Minho”.
--------------	--

A senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em apreciação.

De forma sucinta, o Senhor Presidente da Câmara explicou que a relação entre o Município de Melgaço e as Comédias do Minho é uma relação de longa data. É uma relação que envolve os cinco municípios do Vale do Minho, onde Melgaço está incluído, em articulação com a referida associação. Informou que foi entendido, entre todos os municípios e as Comédias do Minho, que era mais adequado avançar para um procedimento de apoio, que tivesse por base um contrato-programa, sendo precisamente esse o contrato que submeteu à aprovação, à semelhança do que está a ser feito pelos restantes municípios do Vale do Minho nas respetivas assembleias. Concluiu a sua intervenção referindo que, muito em breve, será possível proceder à assinatura do referido contrato, estando a sua formalização prevista para a próxima segunda-feira, em Melgaço.

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo **aprovado por unanimidade**.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Báscua
Lima

Assunto n.º4	Análise e deliberação da proposta de adjudicação da aquisição de serviços para “Certificação por auditor externo das contas dos anos económicos 2025/2026 do Município de Melgaço”.
--------------	---

A Senhora Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para abordar o assunto deste ponto da ordem do dia, que apenas informou que se trata de uma adjudicação e respetiva nomeação de um auditor externo.

No uso da palavra, o deputado José Albano principiou por chamar a atenção, neste ponto da ordem do dia, para duas incorreções, a primeira das quais relativa ao valor, que para o biénio 2025/2026 é de 18.000,00 euros, ou seja, 9.000,00 euros por ano (mas constando do quadro da cláusula quinta um total de 18.500,00 euros), e a segunda das quais para o que consta no número dois da cláusula oitava, que alude a procedimento pré-contratual, quando certo é que estamos perante um contrato a celebrar no seguimento de um procedimento de ajuste direto.

Em resposta à questão colocada pelo Senhor deputado José Albano Domingues, o Senhor Presidente da Câmara confirmou que se tratou, de facto, de um procedimento por ajuste direto. Esclareceu que, na reunião de Câmara, foi efetuada a correção necessária e julgava que o documento já tinha sido entregue com essa correção. Nesse sentido, solicitou que não fosse considerada a alínea número dois da sétima cláusula.

Não havendo mais pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, sendo **aprovado por maioria**, com 9 abstenções do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Babau
Crista

Assunto n.º5	Análise e deliberação da revisão orçamental nº2 de 2025.
--------------	--

A Senhora Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o assunto deste ponto da ordem do dia.

O Senhor Presidente da Câmara informou que esta é a segunda revisão orçamental. Recordou que a primeira revisão foi apresentada em fevereiro, com a incorporação do saldo de gerência no orçamento, e que esta segunda revisão visa a introdução de alguns projetos relevantes que, na altura da elaboração do orçamento inicial, em novembro, ainda não podiam ser incluídos por não estar assegurado o respetivo financiamento. Explicou que, com a abertura das linhas de financiamento, é agora possível integrar esses projetos no orçamento, sendo esse o principal objetivo da presente revisão. Destacou, entre os projetos agora incluídos, a intervenção em Castro Laboreiro, com um valor aproximado de 1,8 milhões de euros, e o novo Museu do Cinema, cuja inclusão orçamental não foi possível na altura, mas que agora se concretiza com esta revisão.

Não havendo mais pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, sendo **aprovado por maioria**, com 9 abstenções do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º6	Análise e deliberação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2024.
--------------	--

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explanar o assunto deste ponto da ordem do dia.

O Senhor Presidente afirmou que estas são as melhores contas que

Barbara
Cissa

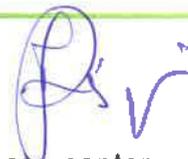
apresentaram em 2024, havendo uma excelente execução.

No que respeita ao saldo líquido, esclareceu que este se apresenta como negativo, prevendo-se que continue a sê-lo nos próximos anos, uma vez que reflete a contabilização integral do património municipal. Informou que se encontra em curso a amortização de todo o património introduzido nas contas do Município, o que justifica o impacto verificado.

Fez uma breve referência à componente de despesa com pessoal, informando que, em 2024, se registou um aumento na ordem dos 200 mil euros. Sublinhou, contudo, que, apesar desse acréscimo, o número de trabalhadores ao serviço do Município diminuiu em relação à data de 31 de dezembro de 2023, contando atualmente com menos seis ou sete colaboradores. Justificou o aumento da despesa com os ajustamentos salariais entretanto ocorridos. Terminou a sua intervenção mostrando-se disponível para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Presidente da Mesa questionou a Assembleia se havia pedidos de intervenção para este ponto. Pediram a palavra os Senhores Deputados Manuel Luís Gonçalves, Pedro Silva, Aurora Soares e José Albano Domingues.

O deputado Manuel Luís Gonçalves tomou a palavra e iniciou a sua intervenção afirmando que, como se costuma dizer, os orçamentos são exercícios de equilíbrio e a verdade é que os documentos de prestação de contas aqui são apresentados são o reflexo desse equilíbrio. E, mais do que isso, são reveladores de uma gestão financeira sólida, prudente, mas também virada para o investimento no desenvolvimento do nosso concelho. Procedeu, de seguida, a uma análise da receita, destacando uma ligeira descida na receita de impostos diretos, de 2.024 M€ em 2023 para 2.007 M€ em 2024. Referiu, contudo, que esta variação é praticamente residual, sendo que as receitas de IMI se mantêm estáveis, e as receitas de IMT e IUC registam uma ligeira subida, o que espelha a continuidade da atividade económica e alguma dinâmica no mercado imobiliário local. Sublinhou que mais expressiva e muito significativa é a evolução das transferências de capital, que passaram de cerca de 4 M€ em 2023 para mais de 11 M€ em 2024.

Bárbara
Cima

Este aumento de quase 200% traduz a forte capacidade do Município em captar financiamento externo, nomeadamente fundos comunitários, para investimento em projetos estruturantes. É o reflexo de um trabalho técnico e político competente e bem articulado, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida dos melgacenses. O deputado Manuel Luís Gonçalves prosseguiu a sua intervenção referindo que as transferências do Orçamento de Estado registam um pequeno aumento face ao exercício anterior.

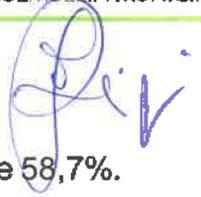
Destacou que as receitas provenientes das eólicas se mantêm estáveis, na ordem de 1 milhão de euros, representando uma importante fonte de receita regular, proveniente de um setor estratégico e ambientalmente sustentável. No lado da despesa, salientou o aumento da despesa com pessoal, que passou de 6.318 M€ para 6.672 M€. No entanto, referiu que esta variação não resulta do aumento do número de trabalhadores municipais, mas sim da atualização das remunerações e direitos laborais, valorizando os trabalhadores do Município e contribuindo para um serviço público de maior qualidade. Acrescentou que, apesar do aumento desta despesa, a verdade é que o peso orçamental relativo a esta rubrica diminuiu de 30% para 25% do total da despesa. Sublinhou igualmente o aumento da despesa de capital de 7 M€ para 11 M€, o que comprova um reforço significativo do investimento público em infraestruturas e equipamentos fundamentais para o desenvolvimento do concelho. Outro aspeto que destacou foi o crescimento das despesas na área da educação, de 1.069 M€ em 2023 para 1.360 M€ em 2024, com especial enfoque nas verbas destinadas à alimentação e transporte escolar. Considerou que este aumento representa um reforço claro do município no apoio social às famílias melgacenses, promovendo a igualdade de oportunidades e o combate à exclusão social. Referiu que a redução dos pagamentos em atraso é também um sinal de boa gestão e de compromisso com os fornecedores locais, já que assegura a fluidez económica e a credibilidade institucional do Município. Salientou que se cumpre também, e de forma rigorosa, a regra do equilíbrio orçamental, com um saldo positivo superior a 1 M€, o que constitui um sinal inequívoco de responsabilidade financeira do município. Por fim, o resultado líquido operacional de quase 3 M€ confirma uma execução orçamental eficaz, equilibrada e centrada em criar valor para o território e para as pessoas.

Bárbara
Lima

Afirmou que estes dados demonstram que a gestão municipal, liderada pelo Partido Socialista, tem sido pautada pela seriedade, visão estratégica e compromisso com o futuro de Melgaço. Finalizou dizendo que estamos a investir mais, com menos dívida, em áreas fundamentais como a educação, os apoios sociais e o desenvolvimento económico, e está a fazê-lo com contas certas.

De seguida, tomou palavra o deputado Pedro Silva que afirmou que depois de ter ouvido a intervenção do senhor deputado Manuel Luís esteve quase para deitar as suas notas fora, pois não devem ter olhado para os mesmos números. Considerou irónico que, segundo as palavras do Senhor Presidente da Câmara, a melhor execução orçamental em 12 anos de mandato tenha sido alcançada num contexto governativo nacional liderado pelo Partido Social Democrata. Sublinhou, com ironia, que "afinal, o PSD trata bem as autarquias — inclusive as autarquias do Partido Socialista".

Prosseguiu afirmando que o PSD subia à tribuna com um sentimento misto de preocupação e responsabilidade. Referiu que o documento em apreciação - a Prestação de Contas de 2024- constituía, na sua leitura, um retrato preocupante de uma governação municipal que, no seu entender, perdeu o rumo há muito tempo. Enfatizou que os números não mentem e que os factos ali espelhados exigem explicações, coragem política e, acima de tudo, respeito pelos Melgacenses. Relativamente aos resultados financeiros, estes afiguram-se críticos. Referiu que, há dois anos consecutivos, o Município apresenta um resultado líquido negativo, de -1,4M€ em 2023 e -1,8M€ em 2024, revelando problemas estruturais na sustentabilidade financeira. Afirmou que aquilo que deveria ser excecional tornou-se norma. Afirmou que as causas apontadas — menos receitas, depreciações e amortizações — não explicam tudo, apontando uma clara incapacidade de ajustar despesas a esta realidade orçamental. Referiu que, apesar de existir um resultado operacional positivo de 3 milhões de euros, os custos com amortizações, juros e reversões anulam qualquer margem de segurança. Isto significa que a atividade corrente do Município não gera excedente suficiente para suportar os encargos estruturais e financeiros. No que concerne ao passivo e endividamento, constatou um aumento do passivo, que passou de 20,7 milhões de euros para 26 milhões de euros, destacando o Passivo

Bárcara
Lima

Não Corrente, que cresceu de 11,2 milhões para 17,7 milhões, um aumento de 58,7%. Isto evidencia uma forte dependência de financiamento externo, sem contrapartida clara no desenvolvimento económico local. Referiu que a Zona Empresarial permanece vazia, sem gerar mais-valias para os Melgacenses, afirmando que seria uma vergonha para o Senhor Presidente da Câmara terminar o seu mandato sem que pelo menos uma empresa estivesse implantada naquela zona, concluindo com “Deus queira que não”.

Sobre o endividamento, observou que este tem vindo a aumentar, mencionando a subida de 5,8 milhões de euros em dívida a médio/longo prazo para cobrir custos não elegíveis de projetos cofinanciados, o que, na sua ótica, traduz uma incapacidade do Município em planear projetos dentro das margens previstas, gerando necessidade de recorrer a crédito para cobrir desvios que denotam falta de controlo na execução e fiscalização dos mesmos.

Relativamente às despesas com pessoal, defendeu que o Município está a criar uma estrutura rígida e insustentável, com gastos que ascendem a 6,7 milhões de euros, correspondendo a cerca de 49,5% das despesas correntes. Comparou o rácio de funcionários por habitante com outros concelhos do Alto Minho, destacando que Melgaço apresenta 287 funcionários para 7.599 habitantes, um rácio de 3,8, elevado quando comparado, por exemplo, com Monção. Referiu ainda a existência de muitos quadros com vínculo indeterminado e categoria técnica superior (16%), inflacionando os custos fixos. Criticou a opção da Câmara por aumentar o número de pessoal em vez de apostar na qualificação e externalização estratégica, comprometendo a flexibilidade orçamental.

Confirmou que a execução orçamental é elevada, com uma média de 88%, a melhor dos últimos anos, mas alertou que as receitas reais ficaram 3,2 milhões de euros abaixo do previsto e que as receitas de capital foram subestimadas. Ressaltou que as boas execuções não escondem um planeamento irrealista. Quanto às aquisições e investimento público, indicou que foram investidos 11,5 milhões de euros em bens de capital, com uma taxa de execução de 91,4%, representando 43% dos gastos totais. Contudo, afirmou não haver evidência clara de retorno desse investimento em termos de captação populacional ou desenvolvimento económico. Questionou o que os cidadãos têm ganho em melhoria da qualidade de vida e nas perspetivas de desenvolvimento com os projetos realizados.

*Barbara
Cruz*

Referiu que os rácios financeiros demonstram vulnerabilidade e que a prestação de contas de 2024 revela uma governação focada no crescimento quantitativo — investimentos, pessoal, dívida — mas sem uma visão integrada de sustentabilidade económica e social. Apontou a ausência de políticas de rejuvenescimento populacional, captação de empresas, inovação e controlo de custos e eficiência administrativa.

No final, deixou várias questões ao Senhor Presidente da Câmara: como justifica dois anos consecutivos de resultado líquido negativo — agravando-se de 1,4 milhões para 1,8 milhões de euros — sem qualquer plano de correção a curto prazo? Pretende continuar a culpar as amortizações e depreciações ou apresentar medidas estruturais para inverter esta tendência? Em relação ao endividamento e passivo, após afirmar que o passivo total do Município aumentou 25,5% num só ano, perguntou se existe algum plano para conter este aumento sem comprometer os serviços essenciais e que garantias dará aos Melgacenses de que o crescimento da dívida a médio e longo prazo — mais 5,8 milhões de euros — não será pago com mais cobrança de taxas e impostos e menos investimento social. Por fim, questionou quais os benefícios concretos que os Melgacenses já sentiram no seu dia a dia face aos mais de 11 milhões de euros investidos em bens de capital em 2024 e se pode garantir que não haverá nova derrapagem financeira nos projetos cofinanciados, como aconteceu com os 5,8 milhões de euros de empréstimos para cobrir despesas não elegíveis.

De seguida, usou da palavra a Senhora deputada Aurora Soares, que iniciou a sua intervenção referindo que, no preâmbulo do documento referente à prestação de contas, no que respeita ao reporte de atividades, mais propriamente, no que respeita à Unidade Administrativa e Jurídica, consta que, desde 2021, compete aos órgãos municipais a instrução e decisão dos processos referentes às contraordenações rodoviárias por infrações leves, relativas a estacionamento, o que já é do conhecimento de todos, ou pelo menos da maioria. Acrescentou que, no ano 2024, foram instaurados 277 processos de contraordenação referentes a autos já enviados pela Guarda Nacional Republicana (GNR), existindo, contudo, outros autos por instaurar, por ainda não terem sido remetidos pela GNR.

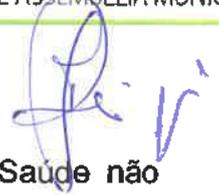
Barbara
Lima

Neste seguimento, a Senhora deputada terminou a sua intervenção deixando uma questão: "relativamente aos autos remetidos pela GNR, já se encontram todos os processos instaurados e regularmente tramitados, designadamente, com a notificação dos infratores ou, pelo contrário, existem processos, que embora já remetidos pela GNR ao município, ainda se encontram sem instaurar ou sem concluir?"

Seguidamente, no uso da palavra neste concreto ponto da ordem de trabalhos o deputado José Albano Domingues começou na sua intervenção por focar uma questão anteriormente trazida à discussão por outros senhores deputados, que se relaciona com os gastos com o pessoal, que somam cerca de sete milhões de euros, com um peso de 53,72% nos custos operacionais, o que significa que, em função das outras despesas, como seja o caso do fornecimento de bens e serviços, não deixa margem para o investimento, tornando o Município dependente de fontes de receita como os empréstimos e/ou os fundos comunitários. Pediu, também, que se acabe de uma vez por todas com o anátema de que se o Partido Social Democrata for governo em Melgaço vai despedir funcionários na Câmara, sendo certo que nem só tal não é possível face á lei como nada disso se pretende, porquanto os colaboradores do Município são essenciais para se levar avante o trabalho a desenvolver, e que se um dia as verbas do orçamento não chegarem para pagar tudo então o que terá de ser feito é cortar nos serviços externos. Entrando, depois, noutros números da prestação de contas o deputado José Albano afirmou que não sabia aonde é que o seu colega líder da bancada Socialista havia ido buscar os números que apresentara, pois que, tal como referido pelo deputado social democrata Pedro Sousa e Silva, certamente não haviam lido os mesmos documentos. Elencou como positivo o aumento dos níveis de execução orçamental - 86% do lado da despesa e 89% do lado da receita -, o que certamente constituiria motivo de regozijo para o atual executivo municipal, mas que tal só acontecia porque em Melgaço estamos habituados a contentar-nos com "poucoquinho", e que se queremos um planeamento e um orçamento que se digam assertivos e de rigor temos de ser ambiciosos e de pensar em atingir a meta de execução de 100%, sendo o patamar dos 85% o mínimo, e motivo, de resto, como na assembleia já se tem assinalado, de alarme e chamada de atenção por parte das instâncias competentes. Realçou que independentemente dos níveis de execução houve, do lado da receita e do lado da

Bárbara
Lima

despesa, desvios de mais de três milhões de euros com relação ao orçamentado e planificado. Assinalou, também, o resultado líquido do período, que é negativo em 1.823.151,10 euros, o que poderia ser ainda pior, por via das depreciações, acaso a inventariação do património do Município se encontrasse concluída. Deu nota, igualmente, de que o total de proveitos diminuiu 7,07%, e, bem assim, do aumento do endividamento a médio e longo prazo para 5,8 milhões de euros, realçando que a dívida total do Município, incluindo empréstimos, contratos de locação financeira, dívidas a terceiros e outras formas de endividamento, teve um aumento de 25,50%, passando de 20.711.472,12 euros em 31/12/2023 para 25.992.549,83 euros em 31/12/2024, assinalando ainda a redução da rácio de endividamento para os 23% no final do período. Acrescentou que o passivo corrente, no valor de 8.292.277,00 euros, é superior ao ativo corrente, no valor de 5.549.479,00 €, o que indicia, citando palavras do revisor oficial de contas, que audita as contas do Município, uma situação de dificuldade no saneamento de obrigações financeiras de curto prazo. Lembrou, também, que existem processos judiciais não provisionados no montante de 284.219,63 euros, a existência de recebimentos em atraso (água, mercados e feiras, trabalhos por conta de particulares, ocupação de via pública) no valor de 417.601,74 euros, tratando-se estas de verbas que certamente seriam importantes para as finanças do Município, que o prazo médio de pagamentos foi de 150 dias no início do período e de 121 dias em 31/12/2024, quando Municípios há no distrito de Viana do Castelo em que o prazo médio de pagamentos se situa na meia dúzia de dias, e que a dívida total por habitante continua no altíssimo valor de 1.235,00 euros. O senhor deputado salientou, ainda, que o peso das “Funções Económicas” - 2.782.341,34 euros - no global dos 17.287.614,58 euros, significa tão só 16,09% do total, e que se pensarmos apenas no setor “indústria e energia” estamos a falar de apenas 343.118,68 euros ou 1,98% do total, perguntando, depois, que aposta é esta, afinal, num território que se quer mais competitivo e mais atrativo ou num novo ciclo de crescimento económico. Em jeito de finalização, referiu que a verdade é que até lhes podem ser apresentados números gordos e bem embrulhados mas depois, a conclusão a que se chega, é a de que os Melgacenses não passaram, em 2024, a viver melhor, por aí se podendo avaliar o sucesso ou insucesso, a eficácia ou ineficácia, ou a qualidade das políticas públicas promovidas pelo atual executivo municipal, pois que, de facto, em 2024, o nosso poder de compra não melhorou, as

Barbara
Cunha

condições de atendimento nos serviços administrativos do Centro de Saúde não melhoraram, os munícipes não sentem que os serviços melhoraram as suas respostas, nem tão pouco sentem os serviços municipais globalmente mais próximos de si, as condições de mobilidade no concelho de Melgaço não evoluíram, não ocorreu o investimento e o aumento de oferta de emprego, por efeito das políticas públicas promovidas, de que tanto precisamos, Melgaço não viu o seu tecido empresarial aumentar e/ou diversificar-se, não se viu criada mais habitação, de que o território também tanto carece, tendo o Município ferramentas de planeamento e ordenamento do território que poderiam promover esse aumento da habitação, os jovens não sentem verdadeiros incentivos à fixação no concelho, continuando a sair, e o sangramento populacional não estancou nem sequer estagnou, muito menos se inverteu, sendo estas, entre outras, as razões pelas quais, não poderiam votar favoravelmente a prestação de contas e o relatório de gestão que lhes eram apresentados.

O Senhor Presidente da Câmara tomou novamente a palavra para esclarecer as dúvidas colocadas. Principiou por dizer que os números dão para tudo. Somos capazes de passar de um polo a outro com estas análises que se fazem. Afirmou que realmente é chato para os deputados da oposição trazerem boas contas relativamente a 2024, mas elas estão aí e estão aí para serem vistas por todos. Relativamente às acusações feitas pelos deputados Pedro Silva e José Albano sobre o aumento da dívida de médio e longo prazo em 5,8 milhões de euros em 2024, esclareceu que esse valor é a dívida de médio e longo prazo, que a autarquia tem consolidado ao longo dos anos. Disse que se vissem a apresentação que lhes foi fornecida, tinham visto que, desde 2014, o Município reduziu a dívida até 2021 ou 2022 e, efetivamente, em 2022/2023 ou em 2023/2024 fizeram uso de empréstimos bancários, o que fez subir a dívida de médio e longo prazo. Neste momento, o Município está novamente a descer a dívida. Não lhe venham dizer que em 2024 tiveram um crescimento de 5.8 milhões de dívida de médio e longo prazo quando isso é uma mentira. Afirmou para não atirarem areia para a cara das pessoas. Sobre a questão do saldo líquido negativo, foi esclarecido no ano passado, quando fizeram a inventariação de praticamente todo o seu ativo, que a consequência seria um saldo negativo nos próximos anos e é o que está a acontecer. Em contrapartida,

Balsara
Câmara

o Município tem um saldo operacional de 3 milhões de euros, ou seja, durante 2024, a Câmara Municipal foi gerida para ter um saldo operacional positivo de 3 milhões de euros.

Quanto ao valor de 26 milhões de euros de dívida mencionado pelo deputado José Albano, afirmou não compreender a origem desse número pois esse número não existe.

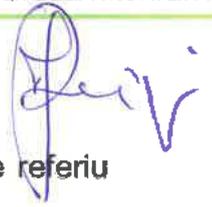
Em relação ao quadro de funcionários, afirmou que o deputado José Albano aparenta estar em campanha eleitoral ao anunciar medidas. Explicou que o número de funcionários tem sido estancado e mesmo reduzido nos últimos anos. Referiu que o atual quadro resulta de investimentos estratégicos para o Município e que requerem um quadro dedicado para que todas essas respostas se mantenham operacionais. É pesado o valor da nossa conta, mas é sustentável e é sustentável de tal maneira que temos conseguido apresentar boas contas. Depois, um e outro passam para questões de âmbito de desenvolvimento territorial, se fazemos ou não fazemos, falam em muito investimento sem resultados e questionam o que andar aqui a falhar. O deputado José Albano até especifica, dizendo do ponto de vista económico e até industrial, que não existe nenhum tipo de investimento. A verdade é que o investimento que está a ser feito é investimento estruturante para o futuro. Afirmou que não podem dizer que estamos a investir pouco quando estão a investir muito e com perspetiva de futuro. Defendeu que o Município está a trilhar um bom caminho do ponto de vista industrial, está a criar todas as condições para terem capacidade de acolhimento e está a conseguir, nos concursos que fez, encontrar gente interessada em investir no território.

Sobre serviços públicos, adiantou que o objetivo é criar qualidade nos nossos serviços públicos. Partilhou que o seu dia começou às 9h e 30m a abrir uma auditoria interna, que neste momento abrange seis ou sete serviços, que tem certificação de qualidade. A ambição é que o Município continue a alargar esta certificação de qualidade a um conjunto de outros serviços que são cruciais para o atendimento. Quanto à questão de licenciamento levantada pelo deputado José Albano, defendeu que hoje, contrariamente ao que se passava há uns anos, o Município tem uma capacidade de resposta que é rápida, seja para os pedidos de investimento, seja para os pedidos de construção. Se alguma questão está empatada relativamente ao referido pelo

Barbara
Cura

deputado José Albano, têm que ver exatamente porque é que está assim, e tentar resolver, mas a população sente que são céleres. Argumentou que não pode estar em cima da mesa discutir serviços que não são da responsabilidade da Câmara Municipal. Ele não irá responder a isso, somente quis acrescentar que estão empenhados em criar condições físicas para que os serviços de saúde sejam os melhores. Concordou que podem fazer alguma pressão, mas não é da responsabilidade da Câmara Municipal um serviço que ela não presta. A respeito da mobilidade, referiu que não têm feito outra coisa senão criar condições de mobilidade e manutenção da nossa rede viária para que tenha condições de mobilidade. Este ano têm um investimento muito interessante nessa matéria. Finalmente, desmentiu as afirmações sobre inexistência de investimento privado, citando exemplos concretos, como a inauguração do Coca, no ano passado, o investimento no Hotel do Peso e o projeto habitacional privado em curso, com elevada procura, sendo que, até à data, 50% dos apartamentos foram vendidos. Significa isto que há gente interessada em habitação, poderá ser gente a comprar para si própria ou investidores. Se forem investidores a comprar apartamentos que estão ainda sem construir, é porque sabem que podem fazer negócio. A realidade desmente aquilo que o deputado José Albano está a dizer e aquilo que trouxe cá de contas. Terminou com uma nota à deputada Aurora Soares que falou de uma questão do procedimento de multas rodoviárias. Referiu que a lei da transferência de competências deu essa competência aos municípios, competência essa que ele gostaria de não ter, mas tem que gerir esta competência com capacidade. Explicou que quando chegam as notificações de multa, passam ao procedimento e que ele não tem conhecimento de nada a empatar o procedimento.

Pedi palavra o senhor deputado Manuel Rodrigues e, tendo-lhe sido concedida, disse que a sua intervenção ia ser breve. Ouviu falar de investimento e mais investimento e, por isso, julga que não deve estar no mesmo sítio que o senhor Presidente da Câmara. Se há assim tanto investimento, tem de haver alguma contradição porque Melgaço está mais pobre. Informou que o principal ativo de Melgaço decresceu 15%, que são as pessoas. Finalizou dizendo que, da sua ótica, alguma coisa não está certa.

Babana
Cima

Seguidamente, usou da palavra o senhor deputado José Albano, que referiu que, quando se coloca a questão do investimento privado nas contas referentes ao ano de 2024, importa considerar que o Hotel do Peso, em 2025, ainda não se encontra inaugurado. Acrescentou que, caso se pretenda abordar o investimento privado, é mais pertinente referir a Área Empresarial de Alvaredo, inaugurada em janeiro de 2024, mas que, passados quinze meses, ainda não conta com qualquer empresa em funcionamento.

Reforçou que, conforme mencionado anteriormente pelo senhor deputado Manuel Rodrigues, o concelho de Melgaço perdeu 15% da sua população ao longo dos últimos dez anos.

O senhor deputado José Albano observou ainda que os documentos que lhe foram entregues parecem não coincidir com os que foram entregues ao Senhor Presidente da Câmara, convidando este último a consultar a folha 2 do Relatório de Gestão, onde se pode destacar um aumento do endividamento a médio e longo prazo para 5.8 milhões de euros. Seguiu-se uma discussão quanto à interpretação dos dados apresentados.

A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e, de acordo com o senhor Presidente da Câmara, a dívida teria passado "de" um determinado valor "para" outro, tendo solicitado à senhora Presidente da Mesa que concedesse a palavra à Chefe de Divisão, para que esta pudesse clarificar a evolução do passivo.

Antes de terminar a sua intervenção, esclareceu que aquilo que percebeu daquilo que havia sido dito pelo Senhor deputado José Albano Domingues: é que a dívida tinha crescido 5.8 milhões de euros em 2024, quando o que aconteceu foi que ela reduziu para esse valor.

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Doutora Sandra Pires para esclarecer a questão em causa e começou por dizer que se repararmos, o crescimento que houve no Passivo e analisando os valores todos de 2023 para 2024, o aumento verificou-se nos diferimentos, que são, tal como o Senhor deputado Pedro Silva sabe, futuros proveitos. Isto significa que eles são reconhecidos no exercício numa conta de diferimentos que entra em termos de Balanço para o Passivo e, posteriormente, serão reconhecidos em proveitos na mesma proporção das amortizações dos investimentos

Barbosa
Uma


quando passam para imobilizado firme.

Acrescentou tratar-se de uma questão de natureza contabilística e que, analisando os restantes valores — estes sim correspondentes a dívida efetiva — se verifica que todos registaram uma diminuição em relação ao ano anterior.

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor deputado Manuel Rodrigues. O Senhor deputado Manuel Rodrigues tomou a palavra e afirmou que, na sua ótica, o passivo corresponde a dívida. Em resposta, a Chefe de Divisão, Sandra Pires, referiu que o Senhor deputado Pedro Silva demonstrara concordância com a explicação anteriormente por si apresentada. Esclarecidas estas questões, a senhora Presidente da Mesa perguntou se havia mais algum pedido de intervenção e, não havendo, colocou este ponto à votação, sendo **aprovado por maioria**, com 9 votos contra do PSD e com apresentação de declaração de voto da bancada do PS e do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º7	Intervenção do Público
------------------------	-------------------------------

A Senhora Presidente da Mesa questionou os presentes no público sobre a eventual intenção de intervir, tendo solicitado o uso da palavra o senhor Manuel Fernandes.

O orador começou por desejar uma boa noite a todos, dirigindo cumprimentos à Mesa e a todo o auditório.

Referiu que, ao ouvir a intervenção do senhor Presidente da Câmara, teve a sensação de que não residiriam na mesma localidade, pelo que entendeu necessário esclarecer o seguinte: foi prometido pelo senhor Presidente da Câmara, em 2021, que se procederia à reparação da Rua da Oliveira, compromisso esse que, segundo afirmou, não foi cumprido. Considerou, nesse contexto, que a palavra política do senhor Presidente "valia zero".

Bábara
Lima

Acrescentou que o senhor Presidente se encontra próximo do final do seu mandato, mas que, no seu entender, caso este nunca tivesse começado, “nada se teria perdido”. Na sua opinião, o concelho ficou mais pobre do que no início do atual mandato, salientando, contudo, que a responsabilidade não seria apenas do senhor Presidente, mas também de quem o escolheu para liderar os destinos de Melgaço. Aditou que o Senhor Presidente da Câmara vai deixar Melgaço sem comércio, sem gente, sem transporte e isolado de tudo. Qualquer pessoa que se queira dirigir aos hospitais, seja aonde for, não tem solução. Aproveitou para questionar se os transportes que estão agora muito na moda, pelo país, iriam ser pagos pelo dinheiro dos contribuintes. Acrescentou que nunca terá faltado verba para a realização de festas, destacando, em particular, os eventos dedicados ao Alvarinho e ao Espumante, nos quais, segundo afirmou, se gastam cerca de 300 mil euros por cada um. Aditou que a zona industrial constituiu, no seu entender, um falhanço político, considerando que tal se deve à provável ausência de um estudo de mercado prévio. Sugeriu que a Feira do Alvarinho poderia ter sido realizada nesse espaço, permitindo, em simultâneo, a manutenção da feira semanal no mercado municipal. Alertou que, a manter-se a situação atual, esta feira corre o risco de desaparecer. Partilhou ainda ter tomado conhecimento, através das redes sociais, de que o senhor Presidente da Câmara terá sido proposto para integrar o Conselho de Administração da ULSAM (Unidade Local de Saúde do Alto Minho). Expressou a sua preocupação com essa possibilidade, afirmando esperar que tal não se concretize, uma vez que, na sua opinião, “se o senhor Presidente fizer na ULSAM o que fez em Melgaço, o hospital pode fechar”. Criticou, de seguida, o funcionamento do centro de saúde de Melgaço, considerando-o muito deficitário e afirmando que “ninguém faz nada” para mudar essa realidade. Declarou que, se estivesse na posição do senhor Presidente da Câmara, deslocar-se-ia diariamente ao centro de saúde para verificar o seu funcionamento, pois considera a situação “uma vergonha”. Segundo relatou, os utentes são mal atendidos, os médicos raramente estão disponíveis, apesar de o centro de saúde estar, alegadamente, “cheio de médicos”. Referiu o caso de uma utente que teria sido informada de que apenas seria atendida às 17h00 e, por isso, a filha ligou para a linha de Saúde 24, que a orientou para o centro de saúde, onde acabou por ser atendida entre as 10h30 e as 11h 00 horas. Segundo ele, o médico estava lá, não quis foi trabalhar.

Bousa
Uma



Disse que o senhor Presidente não manda no SNS, mas lamentou que não se veja qualquer ação por parte dos representantes políticos locais para melhorar a situação. Considerou que o concelho que não tem gente e os lugares estão todos livres. Concluiu a sua intervenção esclarecendo que tudo o que disse se refere unicamente a questões de natureza política, não tendo qualquer animosidade pessoal em relação ao senhor Presidente da Câmara.

Neste seguimento, tomou palavra o senhor Presidente e disse que um cidadão tem direito à sua opinião e que respeita a opinião do cidadão. Relativamente às declarações e opiniões proferidas por aquele cidadão, nomeadamente no que diz respeito à sua pessoa e às funções que desempenha, informou que não faria qualquer comentário. Partilhou que se encontra tranquilo quanto ao trabalho realizado, manifestando-se confiante de que, com o trabalho desenvolvido, o Município terá capacidade para crescer e se desenvolver. Concluiu esta parte da intervenção afirmando que “o futuro o dirá”. Referiu ainda que gerir de forma simpática, populista e agradável não produz, em sua opinião, resultados eficazes para o território. Sublinhou que a gestão autárquica e política deve ter outros objetivos, sendo nessa direção que orientou a sua ação. Acrescentou, por fim, que a forma como o cidadão Manuel Fernandes expressou a sua opinião em nada o afetou, declarando que tal “não lhe beliscou um milímetro que fosse”. No que diz respeito à temática dos transportes, explicou que o objetivo, no âmbito do novo concurso que está a ser preparado pela Comunidade Intermunicipal (CIM), é proporcionar ao território uma melhor qualidade nos serviços de transporte, abrangendo toda a população. Até à conclusão desse concurso, procuraram implementar soluções transitórias e adequadas, em articulação com os diversos intervenientes do setor dos transportes. Informou que, nesse sentido, foi promovida uma reunião na semana anterior com os empresários do setor dos transportes de passageiros, incluindo os profissionais do setor do táxi. O propósito foi discutir formas de evolução e melhoria. Indicou que a reação dos intervenientes foi mista: positiva por parte de alguns e extremamente negativa por parte de outros. Face a essa diversidade de posições, consideraram mais adequado suspender temporariamente essa abordagem, podendo retomar o processo futuramente, caso exista interesse. Em relação à afirmação de que a zona industrial teria sido um falhanço político,

Barbara
Cima

declarou que não faria mais comentários sobre esse assunto, nem sobre a eventual construção de um pavilhão multiusos naquele espaço. Relativamente ao centro de saúde, afirmou que não está de acordo com o senhor Manuel Fernandes. Relativamente ao centro de saúde, o senhor Presidente da Câmara manifestou discordância face às declarações do senhor Manuel Fernandes. Reconheceu que existem dificuldades e momentos em que o serviço prestado pode não ser o ideal, situação que considerou comum em todo o país. Referiu que lhe parece estranho o facto de o SNS ser notícia diariamente pelas piores razões, questionando se há alguém, além da comunicação social, interessado nessa má divulgação.

Defendeu que, no país, são prestados serviços de saúde de elevada qualidade. Quanto ao serviço em Melgaço, discordou da avaliação negativa feita pelo senhor Manuel Fernandes. Referiu que os livros de reclamações existem para que os utentes possam apresentar queixas, e, se assim o entendem, têm todo o direito de o fazer.

No entanto, frisou que não pode aceitar, em nome dos profissionais de saúde, a análise feita. Considerou que se verifica uma certa contradição, pois há cerca de quatro anos atrás os profissionais do SNS eram considerados heróis, motivo de aplausos e reconhecimento, e que, atualmente, essa perceção se transforma drasticamente num juízo negativo.

Por fim, sublinhou que não pode aceitar uma análise tão severa relativamente ao SNS e aos serviços de proximidade.

O senhor Manuel Fernandes solicitou a palavra novamente, a qual lhe foi concedida. Durante a sua intervenção, relatou que marcou uma consulta no centro de saúde em maio do ano anterior, a qual foi remarcada para setembro e posteriormente para janeiro. Quando finalmente foi atendido, optou por ser tratado no setor privado, por possuir seguro de saúde, justificando a sua escolha pela má qualidade do SNS. Afirmou que, caso fosse realizado um inquérito junto da população do concelho, a maioria das pessoas com mais de sessenta e cinco anos partilharia da mesma opinião.

Concluída a intervenção do senhor Manuel Fernandes, a Senhora Presidente da Mesa leu um comunicado deixado pelo Senhor Presidente da Junta, Agostinho Alves, que teve de se ausentar mais cedo.

Barbara
Lima



No comunicado, a Associação Brandeiros convidava todos os membros da Assembleia Municipal a participar no evento que irá realizar-se no dia 3 de maio, na freguesia da Gave. Tratava-se da recriação de uma lavrada tradicional, utilizando vacas e força humana, com o objetivo de preservar e demonstrar antigas tradições agrícolas que se têm perdido ao longo do tempo, aplicando técnicas ancestrais, como o uso de alfaias, lavouras e utensílios rudimentares para lavrar a terra. O comunicado também anunciava que, no dia 10 de maio, o restaurante "O Brandeiro" comemoraria o seu décimo aniversário, convidando todos os membros da Assembleia a estarem presentes neste momento especial, que incluiria convívio e animação musical, esperando-se uma tarde de grande convívio.

No final do dia, seria inaugurada a exposição intitulada "O Último Croceiro da Gave", na Casa da Cultura. Às 21h30, haveria a exibição de uma curta-metragem na Casa da Cultura, cujas gravações decorreram na freguesia da Gave e na Branda da Aveleira, envolvendo a população local.

A Senhora Presidente da Mesa informou que faria chegar o convite a todos os deputados e presidentes de junta, desejou um bom feriado e que todos aproveitassem a Festa do Alvarinho.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram vinte horas e quarenta e sete minutos, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves
Presidente

Bárbara Lima

Barbara Lima

1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

António Nabeiro

António Nabeiro

2.º Secretário da Mesa da Assembleia

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “6” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 24/04/2025

(“Análise e deliberação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2024”)

Na introdução aos documentos que nos foram distribuídos consta exarado o seguinte: *“Em 2024 foi notório o trabalho desenvolvido em prol de um território mais competitivo e mais atrativo para todos quantos nele vivem, investem, trabalham e visitam. Apostou-se num conjunto de iniciativas assentes na estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho e de melhoria da qualidade de vida”*.

Começaremos exatamente por aqui para demonstrar, à sociedade, o quão vãs são as palavras do atual Executivo Municipal PS no que ao trabalho desenvolvido concerne.

Temos também ouvido atuais responsáveis políticos da nossa Autarquia apregoar que o propósito da ação governativa futura passa por iniciar um novo ciclo de crescimento e de desenvolvimento económico.

Qual crescimento ou desenvolvimento, perguntámos nós?

Bastará pegar nos números constantes dos documentos em apreciação para o constatar. Efetivamente,

Os 2.782.341,34 €uros investidos nas “Funções Económicas” representam somente 16,09 % do total dos 17.287.614,58 €uros gastos, e se pegarmos nos números do setor “indústria e energia” - 343.118,68 €uros -, estaremos a falar de apenas 1,98% do total.

É irónico que a melhor execução que o senhor Presidente da Câmara e Companhia apresentam em doze anos de governação tenha sido conseguida com o PSD no governo da Nação, o que apenas pode significar que o PSD trata bem as autarquias, incluindo as governadas pelo PS.

O documento que foi votado — a Prestação de Contas de 2024 — é um retrato preocupante de uma governação municipal que perdeu o rumo há muito tempo. Os números não mentem, e os factos exigem explicações, coragem política, e, acima de tudo, respeito pelos Melgacenses.

Note-se que dos documentos apresentados resultam desvios de mais de três milhões de euros, quer do lado da despesa quer do lado da receita, com relação ao orçamentado e planificado. Houve um erro de planeamento ou continua a vender-se a taxa de execução como um sucesso? Que medidas concretas estão a ser implementadas para melhorar a fiabilidade do orçamento e reduzir a diferença entre previsões e execução?

O resultado líquido do período é negativo em 1.823.151,10 €uros. Este é já o segundo ano consecutivo com resultado líquido negativo, tendo sido de 1,4 milhões de euros em 2023 e sendo de 1,8 milhões de euros em 2024, o que revela problemas estruturais na sustentabilidade financeira. O que deveria ser excecional tornou-se regra.

As causas apontadas — menos receitas, depreciações e amortizações — não explicam tudo. Há uma clara incapacidade de ajustar despesas a esta realidade orçamental.

Destaca-se igualmente o forte aumento, em 25,50%, do passivo do Município, que era de 20.711.472,12 €uros em 31/12/2023 e passou a ser de 25.992.549,83 €uros em 31/12/2024. Isto mostra uma forte dependência de financiamento externo, sem contrapartida clara no desenvolvimento económico local.

O endividamento a médio e longo prazo registou um aumento para 5,8 milhões de euros, em ordem a cobrir custos não elegíveis de projetos cofinanciados por fundos comunitários, o que revela a incapacidade do Município em planear projetos dentro das margens previstas, tornando necessário o recurso ao crédito para cobrir desvios, desvios esses que também denotam um descontrolo no lançamento dos projetos e na sua fiscalização.

O executivo PS vai continuar a culpar as amortizações e depreciações pelo aumento do endividamento e do passivo ou pretende finalmente apresentar medidas estruturais para inverter esta tendência?

Tal como o revisor oficial, que audita as contas do Município, sublinhou, no seu relatório, o passivo é superior ao ativo corrente, o que indicia uma situação de dificuldade no saneamento de obrigações financeiras de curto prazo.

Há algum plano para conter este aumento do endividamento sem comprometer serviços essenciais? Que garantias tem os Melgacenses de que o crescimento da dívida a médio e longo prazo não será pago com mais cobrança de taxas e impostos e menos investimento social?

Regista-se uma queda de 1,2 milhões de euros nas transferências correntes e subsídios, revelando dependência de fontes externas e frágil captação autónoma de recursos, assim como se regista uma redução de 411 mil euros em outros rendimentos/ganhos, mais um indicador da baixa diversificação de receitas e de um fraco desempenho económico local.

Dizer, por outro lado, que o prazo médio de pagamentos foi de 121 dias no final do ano, muitíssimo superior ao que é legalmente recomendável e ao que pratica a generalidade dos municípios do distrito de Viana do Castelo, um mau exemplo que se dá aos Municípios.

Por força da ação governativa do executivo municipal cada habitante continua a dever 1.235,00 €uros.

A conclusão a que facilmente chegamos é a de que os Melgacenses não passaram, em 2024, a viver melhor, por aqui se podendo avaliar o insucesso, a ineficácia e a falta de qualidade das políticas públicas promovidas pelo atual Executivo Municipal.

O Município investiu cerca de três milhões de euros numa nova Zona Empresarial inaugurada há quinze meses, então com zero empresas instaladas e com zero empresas, passado este lapso temporal, continuando, sem gerar quaisquer mais valias para os Melgacenses. Para quem tem propósitos e ambições políticas já era hora de demonstrar trabalho feito. Mas não!

Melgaço não viu o seu tecido empresarial aumentar e/ou diversificar-se. Não viu aumentar o investimento privado nem a oferta de emprego.

Não vimos criada mais habitação, de que o território tanto carece, assim como carece a mão de obra que possamos querer atrair para os investimentos privados que possam vir a surgir.

Não há qualquer evidência clara de retorno dos investimentos feitos em captação populacional ou económica.

Precisamos, por outro lado, de um planeamento ao nível do desenvolvimento solidário e sustentável, e da ação social, que seja verdadeiramente diferenciador e capte a atenção dos Melgacenses, assim como daqueles que queremos atrair para o território, e que constitua uma âncora e um refúgio para todos aqueles que se encontram numa situação social e económica mais desfavorecida ou fragilizada, mas a verdade é que as medidas adotadas pelo atual Executivo são tão ténues e insignificantes que continuamos a ver os filhos desta terra a abandoná-la.

Na verdade, os jovens continuam a abandonar o território, por falta de emprego, de habitação, e de reais incentivos à sua fixação no concelho, e nenhum concelho sobrevive sem os mais jovens.

O sangramento populacional não estancou, nem sequer estagnou, muito menos se inverteu

Em termos de síntese política diremos que a Prestação de Contas de 2024 revela uma governação centrada no crescimento quantitativo (investimentos, pessoal, dívida), mas sem uma estratégia ou uma visão integrada de sustentabilidade económica e social. Não há, designadamente, uma política de rejuvenescimento populacional, de captação de empresas e inovação, ou de controlo de custos e eficiência administrativa.

O nosso sentido de voto não poderia, em face do exposto, ser outro que não um claro "CONTRA".

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 24 de Abril de 2025: “Análise e deliberação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2024”

A Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2024 é um documento, essencialmente técnico, que visa apresentar a situação económica no referido período. A documentação presente à Assembleia Municipal apresenta, de forma clara e transparente, aquilo que foram as execuções orçamentais relativamente ao ano em causa.

Na análise dos documentos apresentados o grupo parlamentar do Partido Socialista destaca os seguintes dados:

- No exercício económico de 2024 a execução da receita representou um acréscimo em relação a 2023 de cerca de 7,5 milhões de euros. A sua execução situou-se nos 89,60%, o que representa a maior taxa de execução dos últimos anos;
- A execução da despesa no exercício de 2024 ascendeu a uma taxa de 86,41%;
- No ano de 2024 houve uma diminuição em termos do quadro de pessoal de 6 funcionários. A evolução da despesa com o pessoal deve-se essencialmente ao pagamento das atualizações de posições remuneratórias e aumento do salário mínimo nacional.

No campo político o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, depois de ter votado favoravelmente o Plano de Atividades e Orçamento de 2024 e após verificar a sua execução, através dos dados constantes no presente documento e também com o conhecimento de todo o trabalho executado ao longo do período em causa, para além do voto favorável não pode, coerentemente, deixar de se congratular com o trabalho levado a efeito pelo executivo municipal no ano de 2024 e que transparece perfeitamente no documento apresentado.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2024.

Melgaço, 25 de Abril de 2025

Pel' O Grupo Do Partido Socialista